



---

**A INSTALAÇÃO PROTESTANTE E A LIBERDADE RELIGIOSA  
ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: AS ORIGENS DO DEBATE NO BRASIL  
DO SÉC. XIX**

75

PROTESTANT INSTALLATION AND RELIGIOUS FREEDOM THROUGH  
EDUCATION: THE ORIGINS OF THE DEBATE IN 20TH CENTURY BRAZIL. XIX

Ricieri Alberici Neto<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutorando em História da Universidade do Porto, Portugal  
Professor de História da Fundação Osório, Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: ricineto@gmail.com

**Resumo**

Esta pesquisa procurou analisar a chegada dos primeiros missionários protestantes no Brasil do século XIX. O cenário encontrado foi de um Império oficialmente católico, sem liberdade religiosa, porém, tolerante com as demais religiões devido ao intenso comércio com os ingleses e com a necessária imigração para substituir gradativamente o trabalho escravo. Devido aos embates sociais com os ultramontanos, clero radical jesuíta, os missionários buscaram estratégias que facilitassem a instalação de suas igrejas. A educação, concretizada na fundação de escolas em vários níveis, foi adotada sob as ideias liberais, logo apoiadas por vários setores da sociedade brasileira da época.

**Palavras-chave:** Protestantismo; Brasil Império; Educação

**Abstract**

This research sought to analyze the arrival of the first Protestant missionaries in Brazil in the 19th century. The scenario found was that of an officially Catholic Empire, without religious freedom, however, tolerant of other religions due to intense trade with the English and the necessary immigration to gradually replace slave labor. Due to social clashes with the ultramontanos, radical Jesuit clergy, the missionaries sought strategies that would facilitate the installation of their churches. Education, implemented in the founding of schools at various levels, was adopted under liberal ideas, soon supported by various sectors of Brazilian society at the time.

**Keywords:** Protestantism; Brazil Empire; Education



---

## INTRODUÇÃO

A era moderna com sua tremenda criatividade resultou da reunião da fé protestante com a humanista; vieram daí as idéias modernas de tolerância, da educação e da democracia (...) (SANTOS, 2007, p. 117)

76

Desde a Idade Média a religião cristã esteve intimamente ligada à educação. Os mosteiros, antes do aparecimento das universidades na Europa, eram os guardiões do conhecimento antigo. Entre as atividades diárias dos monges estava a cópia das principais obras clássicas que se perpetuaram através de suas mãos. A partir do século XI, tais estabelecimentos de função eclesiástica abrigaram as primeiras universidades.

Ainda na origem, o protestantismo se aliou ao humanismo e ao liberalismo, contrapondo-se ao inimigo comum – a Igreja romana medieval. Por isso, trabalhou por uma nova sociedade, tornando-se um dos elementos que marcaram o início da Idade Moderna.

Se refletirmos sobre a capacidade da sociedade de gerar mudanças no interior das religiões, também podemos usar a reciprocidade, ou seja, elementos próprios do interior das religiões podem operar transformações nas formas sociais e em suas instituições. (JÚLIA, 1988. p. 107, 335). Portanto, faz-se necessário analisar o fenômeno religioso para entender fatos históricos com ele relacionados.

No Brasil, essa simbiose da história e das religiões não deve ser diferente. Nas palavras de Ignasi Saborit, “...*No Brasil, a religião é protagonista de destaque nas mudanças e conflitos sociais*” (SABORIT Apud SANTOS, 2007, p. 118).

Transformações sociais, a partir de novos fenômenos religiosos e da tensão entre protestantismo e a Igreja romana, não se limitaram à Europa. Tendo em vista que tais tensões surgiram no século XVI, não é difícil entender como seus reflexos chegaram ao Novo Mundo – a América –, que se descortinava no nascer da era moderna.

No século XIX, chegaram ao Brasil os primeiros missionários protestantes. Foi, mais especificamente, entre os anos de 1840 e 1880 que o protestantismo, seja de missão ou de imigração, conseguiu instalar-se definitivamente. Entre esses estavam representantes das denominações Metodista, Presbiteriana, Congregacional e Batista, que conseguiram se fixar deixando registros do seu relacionamento com os debates políticos sobre a liberdade religiosa.



As regiões onde algumas igrejas começaram a ser fundadas, como o Rio de Janeiro, Santa Bárbara/SP, Pará, Salvador e a região sul, foram teatro do trabalho proselitista, onde os missionários mais absorveram a realidade da cultura brasileira e o conteúdo para as observações relatadas às juntas missionárias estrangeiras que os enviaram. O Rio de Janeiro, como capital do Império, foi o local onde os debates envolvendo as ideias liberais e a cultura cristã mais proliferaram e, portanto, espaço principal de análise do presente estudo.

Sabendo que essas igrejas estavam em processo de formação, e que convenções e sínodos das respectivas denominações ainda não estavam constituídos no Brasil, era a voz e a opinião dos missionários, sobre os diversos assuntos que surgissem de relevância social, que prevaleciam. Por isso podemos usá-los como representantes de suas igrejas.

A bibliografia que nos ajuda a entender o pensamento e as ações protestantes no Brasil, embora não seja abundante, traz o essencial para que o historiador, aliado às fontes, tenha condições de interpretar como foi o momento que envolveu os primeiros missionários, a sociedade e os debates políticos da época. É necessário ter cuidado na seleção das obras, porque é possível perceber que alguns livros fazem apologia a denominações protestantes, tornando-se confeccionais na defesa de suas doutrinas, deixando a análise histórica em segundo plano. Devido a essas questões, tais obras, mesmo que conhecidas do público protestante, não foram usadas neste trabalho.

Dentre alguns dos livros escolhidos, e que podemos traçar alguns breves comentários, figuram, *O Protestantismo Brasileiro*, de Émile G. Léonard (LÉONARD, 2002); *História Documental do Protestantismo no Brasil*, de Alexandre Duncan Reily (REILY, 2003); e *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa*, de David Gueiros Vieira (VIEIRA, 1980), todos referenciados no final deste trabalho.

O livro de Leonard revela o contexto religioso do Brasil Imperial, sua semelhança com o momento da Reforma do século XVI, a tolerância do Brasil, oficialmente católico, e a originalidade mística e supersticiosa com a religião.

A obra de Émile Léonard teve sua primeira edição em 1961, quando o autor reclamava do pouco acesso aos arquivos eclesiásticos e oferece um caminho para os que desejam estudar o que ele mesmo denominou “história social religiosa”. Atualmente o livro encontra-se na terceira edição, sem alterações devido ao falecimento do autor ainda na década de 60, mas servindo de base para diversas outras obras posteriores.



Um livro mais recente, cuja primeira edição foi em 1984, é o *História Documental do Protestantismo no Brasil*, de Alexandre Duncan Reily. Enquanto Léonard traz o contexto religioso, Reily traz algumas informações sobre as características sócio-econômicas, através da imigração, e político-jurídicas com elementos favoráveis e contrários à instalação protestante no Brasil. Ambos concordam com a tolerância do Estado católico com outras religiões.

Em um balanço bibliográfico podemos observar, salvo as poucas discordâncias, que os autores estão inclinados ao complemento em suas pesquisas, principalmente no que se refere aos pontos fundamentais do contexto social, político, econômico e religioso do Brasil na época da instalação protestante.

As fontes utilizadas são abordadas de forma qualitativa. São elas as Cartas-relatórios dos missionários, remetidas às instituições religiosas que os enviavam, informando sobre as dificuldades enfrentadas com o clero católico e os sucessos obtidos junto à sociedade brasileira.

Após as análises iniciais sobre a chegada dos missionários, este trabalho se dedica a estudar uma das ferramentas usadas para facilitar a instalação de igrejas protestantes no Brasil Império. Em um mundo adverso ao seu e na situação de imigrantes hostilizados pelo radicalismo católico de personalidade jesuítica, os protestantes usaram a educação, concretizada na fundação de escolas, para ensinar sua concepção doutrinária no Brasil. Para João Marcos Leitão Santos (SANTOS, 2007, p. 121), tanto o protestantismo, quanto o catolicismo instalaram escolas no Brasil visando criar clero posterior para consolidar a permanência das igrejas, cumprindo depois outros objetivos secundários.

Para estas análises foram utilizados trabalhos recentes como o da pedagoga Josemeire Medeiros Silveira de Melo (MELO, 2012), ao escrever sobre a história da educação de forma clara, sucinta e objetiva para cursos de licenciatura. Faremos uma breve narrativa de aspectos gerais sobre a educação no período colonial, sem grande debate devido à consagração do tema com observações comuns dos autores sobre um sistema religioso católico, aplicado por meio dos jesuítas.

As demais análises são mais específicas e tratam da educação com viés protestante. Os autores escolhidos foram João Marcos Leitão Santos, que escreveu *Religião e Educação, Contribuição Protestante à Educação Brasileira*, com foco nos anos de 1860-1911



(SANTOS, 2007). Depois, Fernando Luis Cazarotto Berlezzi e Paulo Romeiro, ao também abordar a contribuição protestante à educação brasileira, em artigo científico publicado na revista Trama Interdisciplinar em 2021 (BERLEZZI & ROMEIRO, 2021). Tais trabalhos nos revelam a organização das escolas protestantes como estratégia de implantação de igrejas, mas também como forma de fortalecer o debate sobre a liberdade religiosa, casamento civil, cemitérios públicos, e, por fim, a separação entre Igreja e Estado, todos temas do Arcabouço liberal.

As atenções deste artigo estão voltadas para a instalação do protestantismo no Brasil no século XIX, em seu envolvimento com temas políticos, sociais e culturais sob a égide de ideias liberais da época, e para a estratégia educacional que visava facilitar a instalação de suas igrejas.

### **TRATADOS ENTRE PORTUGAL E A INGLATERRA, PERPETUADOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX: EM FOCO A TOLERÂNCIA RELIGIOSA**

Para se entender o início da ideia de tolerância religiosa no Brasil, católico na era colonial, devido às heranças metropolitanas, é necessário resgatar a relação entre Portugal e Inglaterra, por meio dos tratados comerciais.

Os tratados, fixados entre os Estados, deixavam em evidência o privilégio britânico. Assim, Lisboa estava repleta de comerciantes ingleses e Portugal dependia economicamente do Brasil para se manter. Não era, portanto, de se admirar que, embora fosse um Estado oficialmente católico, Portugal permitisse aos ingleses praticar o culto protestante dentro de seus domínios.

Essa tolerância lusa em relação ao protestantismo, por força da situação econômica, vai alcançar e se perpetuar no Brasil do século XIX. Em 1808, Dom João e sua corte chegaram ao Brasil escapando da invasão napoleônica na Europa. O rei veio escoltado pela melhor marinha da época – a inglesa – que arquitetou a fuga, aumentou a dependência lusa para com eles e inaugurou uma nova fase de influência através da abertura dos portos às nações amigas (PANTALEÃO, 2003, p. 136). As relações posteriores entre Brasil e Inglaterra já se iniciam com privilégios para a segunda. Os tratados de 1810 reafirmaram as relações entre o



império português, naquele momento com sede no Brasil, e a Inglaterra. A tolerância com respeito ao anglicanismo foi estendida à colônia, que depois passou à condição de Reino Unido.

Artigo XII do Tratado do Comércio e Navegação.

XII. Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal, declara, e se obriga no seu próprio nome, e no de seus herdeiros e sucessores, que os vassallos de Sua Majestade Britânica, residentes nos seus territórios e domínios, não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados por causa da sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus. (REILY, 2003, p. 47)

O “*Príncipe Regente*” afirmou que a lei seria cumprida por seus “*herdeiros e sucessores*”, em todos os “*territórios e domínios*”.

Com a abertura dos portos, logo aumentou o número de comerciantes ingleses que aproveitavam as tarifas aduaneiras combinadas nos tratados de 1810.

Após o fim do período joanino e declarada a ruptura política com a metrópole, Portugal exigiu, para reconhecer a independência brasileira, que D. João VI estivesse associado ao título imperial (PANTALEÃO, 2003, p. 161). D. Pedro tornou-se o Imperador do Brasil, dessa forma, mesmo rompendo politicamente com Portugal, ocorreu a continuação monárquica com a Casa dos Braganças. Assim, era aceitável que os tratados entre Portugal e Inglaterra se perpetuassem no Brasil independente.<sup>10</sup>

Em específico sobre a religião, o Tratado de Aliança e Amizade deixava claro que o culto anglicano era tolerado com restrições, ou seja, em locais específicos que poderiam ser casas particulares ou prédios sem arquitetura religiosa.

(...) Quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas suas igrejas e capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro dos seus domínios. Contanto, porém, que as sobreditas igrejas e capelas sejam construídas de tal modo que externamente se assemelhem a casas de habitação; e também que o uso dos sinos não lhes seja permitido para o fim de anunciarem publicamente as horas do serviço divino (...) (REILY, 2003, p. 47)





Não havia liberdade, mas uma tolerância religiosa que foi reafirmada na primeira constituição brasileira, em 1824. O Artigo 5 dizia: *“A religião apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.”*<sup>1</sup>

O documento revelou, no entanto, as condições dessa tolerância. O culto protestante deveria ser praticado em forma de reunião discreta, em locais reservados para tal finalidade que, de forma alguma, tivessem fachada de templo. Proibia-se a construção de igrejas, o proselitismo e a distribuição de leituras que fossem interpretadas como ofensivas ao catolicismo. Podemos identificar tal situação nas leis do código criminal que previam punições com dispersão, demolições e pagamento de multas.

Juridicamente duas situações ambíguas foram identificadas em relação ao protestantismo, em dois momentos distintos: primeiro, uma porta se abriu para a entrada protestante, dentro de um Estado oficialmente católico; segundo, a mesma lei que tolerava as religiões não católicas, também as limitava, restringindo sua ação. É relevante observar o segundo ponto, não em relação ao anglicanismo ou ao luteranismo, que se fechavam dentro do próprio círculo imigrante em colônias fechadas, mas em relação aos missionários protestantes, representantes de variadas denominações, que se interessavam em fazer proselitismo e fundar igrejas tendo como alvo os brasileiros. Esse foi o caso dos metodistas, dos presbiterianos, dos congregacionais e dos batistas que se multiplicaram rapidamente com proselitismo em português.

## **OS DEBATES POLÍTICOS DO BRASIL IMPÉRIO: IMIGRAÇÃO, INSTALAÇÃO PROTESTANTE E A LUTA POR LIBERDADE RELIGIOSA**

A política do Brasil Império estava nos gabinetes que se revezavam no poder sob a observância do imperador D. Pedro II. Tais gabinetes, em sua formação, se dividiam na dicotomia entre liberais e conservadores.

<sup>1</sup> Constituição política do Império do Brasil, seguida do Acto Adicional da Lei da Sua Interpretação analisada por José Carlos Rodrigues, Rio de Janeiro, 1868, p.9



Em se tratando de aptidões religiosas, David Gueiros Vieira mostrou que os conservadores contavam com a presença dos chamados “Ultramontanos”. É preciso abrir espaço para uma curta análise sobre esses. O ultramontanismo era o clero católico mais obediente à Igreja em Roma. Eram radicais que só aceitavam a palavra do Papa, expressa em suas bulas. Para esses o Papa era infalível e deveria combater todas as ameaças contra sua Igreja, principalmente o protestantismo iniciado por Lutero e Calvino no século XVI.

A presença ultramontana era fraca no Brasil no início do século XIX. Até 1870 predominaram os sacerdotes liberais, mas devido à permissão concedida pelo governo imperial para o retorno de ordens religiosas, como no caso dos jesuítas, somado ao regresso dos seminaristas brasileiros que estudavam na Europa, o ultramontanismo se afirmou destacando-se na liderança da Igreja e no cenário político brasileiro e ocupando cadeiras no interior dos gabinetes.

Do lado contrário dos ultramontanos estavam os liberais, que se misturavam aos políticos e religiosos. No alicerce de suas ideias para combater os ultramontanos havia elementos que afirmavam a subordinação da Igreja ao Estado e à Coroa. Essa base político-religiosa se traduz nos movimentos denominados de galicanismo, padroado e jansenismo.

O galicanismo tem suas origens na França. Esse pensamento dizia que a Igreja e o clero, nas diversas partes do mundo, eram independentes de Roma e do Papa, não lhe devendo cega obediência. O padroado, que foi concedido pelo próprio Papa aos reis portugueses e as suas colônias “além mar”, concedia permissão e autonomia ao rei para recolher dízimos e nomear bispos. A ideia do jansenismo veio do Bispo de Ypres, Fleming Cornelius Otto Jansem. Era uma tentativa de reformar a Igreja Católica mudando sua teologia do tomismo para a agostiniana. Indiretamente era uma forma de reagir contra o protestantismo na Europa, porém, adotando pressupostos semelhantes aos de Calvino, como por exemplo a ideia da predestinação, conversão e leitura bíblica obrigatória ao fiel. Inovações católicas que tinham o objetivo de impedir a perda de fiéis para o protestantismo. Podemos dizer que, ao contrário do que se esperava, o jansenismo se aproximou e até tolerou os protestantes devido aos seus pressupostos. É importante ainda salientar que o galicanismo, o padroado e o jansenismo eram correntes contrárias aos jesuítas que retornavam ao Brasil em meados do





século XIX, com o nome de ultramontanos. Tais correntes do pensamento político-religioso foram perpetuados no Brasil, através do sangue real, como direito dos imperadores.<sup>2</sup>

Reforçando o debate sobre liberdade religiosa, a partir da segunda metade do século XIX veio a necessidade da imigração para substituir o trabalho escravo. A partir de 1845, com o Bill Aberdeen, lei aprovada no parlamento britânico e que sequestrava navios que transportassem escravos no Atlântico, e, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos oriundos da África em direção aos portos brasileiros, anunciava-se os primeiros passos para o fim da escravidão no Brasil. Logo os cafeicultores paulistas se preocupavam com a substituição da mão de obra escrava em seus cafezais. A questão foi conduzida para o âmbito político.

Em solução ao problema, os liberais defendiam o projeto da imigração. Essa, na voz de alguns de seus defensores, deveria ser de Estados protestantes porque eram observados, coincidentemente, como prósperos e desenvolvidos. Alemanha, Suíça e Estados Unidos, eram exemplos. Os projetos liberais serviam de suporte necessário à imigração. Entre eles a preocupação com a liberdade religiosa, de imprensa e individual, expressando uma liberdade de expressão da consciência. O Império deixaria, segundo esses projetos, de ser apenas tolerante, passando a permitir livremente qualquer religião. Outros temas eram o casamento civil, uma vez que o imigrante que não professava o catolicismo não poderia se casar na Igreja; a fundação de cemitérios públicos, porque o clero não aceitava sepultar protestantes em solo sagrado; e a participação de não católicos na vida política.

Estas questões geraram conflitos na época. Para fazer parte, por exemplo, do jogo político, fazia-se necessário jurar defender a religião católica. Isso impossibilitava o imigrante protestante de participar da vida pública no Estado. Um grave problema de repercussão social da época foi o sepultamento do General Abreu e Lima, que residia na área do Recife. Este general havia viajado pelos Estados Unidos e tinha uma visão diferente sobre religião, acreditando em um cristianismo mais tolerante. Acabou sendo considerado defensor do protestantismo quando entrou em uma discussão com o padre Pinto de Campos, em favor das bíblias protestantes que a Igreja Católica considerava falsas (VIEIRA, 1980, p. 221). Quando o general faleceu, seu sepultamento em cemitério cristão foi negado pela Igreja, fato que

<sup>2</sup> Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil, 15, 17 e 29 de Outubro de 1972.



gerou a desaprovação no Brasil e no exterior<sup>3</sup>, fortalecendo o debate e a necessidade dos cemitérios públicos.

Entre os principais personagens que defendiam uma imigração protestante estava o conhecido deputado Tavares Bastos, o republicano Quintino Bocaiúva e Nabuco de Araújo que foi ministro da justiça no período de 1853 a 1857. Para Tavares Bastos, que era católico, os colonos tinham de ser, preferencialmente, das nações prósperas e protestantes. No caso dos EUA, desde o início de sua colonização, os protestantes estavam dotados do “*destino manifesto*”, o que significava “civilizar” a terra para onde iam por ordem de Deus.<sup>4</sup> Esse tipo de imigração seria a resposta para o atraso técnico que o Brasil herdou do período colonial, e, ainda, a solução para o fim da escravidão.

Em suas cartas, Tavares Bastos deixava claro que o remédio para o progresso brasileiro era se abrir ao modelo dos Estados protestantes, conforme explicitado abaixo:

(...) abrir francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contato com as raças viris do Norte do Globo, facilitar comunicações interiores e exteriores, promover a imigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para mais plena liberdade religiosa e industrial. E sob este ponto de vista, é pelo bem do progresso, ou antes, da reforma moral do país, que eu desejo ardentemente as mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte. (BASTOS, 1938, p. 414,415)

O desejo de Tavares Bastos foi atendido com os desdobramentos da guerra civil americana de 1861 a 1865, também chamada Guerra da Secessão. Ela fez com que os sulistas derrotados procurassem locais para emigrar e o Brasil foi um de seus alvos. Colônias sulistas foram montadas, como a de Santa Bárbara do Oeste, em São Paulo. Para aqueles liberais que acreditavam que a imigração tinha que ser preferencialmente protestante, os sulistas eram especiais, pois além de serem dessa crença, conheciam as melhores técnicas agrícolas da época.

Essa imigração, assim como a de luteranos e anglicanos, pouco favorecia a instalação de igrejas protestantes com proselitismo para alcançar brasileiros, porque os colonos repetiam

<sup>3</sup> Jornal do Recife, Recife, 29 de abril de 1869.

<sup>4</sup> Os protestantes ingleses que colonizaram os EUA, acreditavam que Deus os enviara para habitar a nova terra, tal como fizeram os hebreus na Antiguidade, saindo do Egito em direção a Canaã, “*terra prometida*”.



o fenômeno de viver em um sistema fechado na própria cultura. A colaboração que deram para o protestantismo foi porque solicitaram missionários aos Estados Unidos para fundarem igrejas que trabalhassem, em português, para alcançar adeptos no Brasil.

Do outro lado dos debates, os ultramontanos contratavam politicamente por meio das críticas dirigidas às esferas de poder. Em sua resposta diziam que, se o Brasil necessitava do braço imigrante, esse não necessitava ser, obrigatoriamente, protestante. Por isso defenderam a imigração de países católicos como da Itália e da Polônia.

O historiador David Gueiros Vieira, enriqueceu o debate sobre esse contexto político, trazendo o elemento maçônico que, sendo forte no século XIX, contava com numerosos adeptos. Os maçons, em sua maioria, defendiam as propostas liberais e a separação entre Igreja e Estado. O embate na esfera política contra os ultramontanos foi arrefecido com a Questão Religiosa, iniciada em 1872, e com a prisão do bispo Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, e Dom Manuel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia, devido às suas posturas contra a maçonaria. O problema entre o Estado e a Igreja enfraqueceu a corrente radical católica. Porém, a separação entre ambos, assim como as demais questões que envolvem as liberdades, só foram resolvidas com a proclamação da república e a Constituição de 1891.

Podemos concluir que o quadro político da segunda metade do século XIX no Brasil, no que tangencia o objetivo e, por consequência, a investigação desenvolvida nesta pesquisa, reunia elementos que se antagonizam. Liberais e conservadores defendendo na esfera política, temas sobre imigração, liberdade religiosa e, no desdobramento que ainda estava por vir, o casamento civil e os cemitérios públicos.

### **O CONFLITO ENTRE PROTESTANTISMO E O CLERO CATÓLICO DIANTE DO AVANÇO DE TEMAS LIBERAIS NO SÉCULO XIX**

Apesar das leis da Constituição de 1824 serem tolerantes à religiões diferentes do catolicismo e suas exigências estarem arrefecidas, tal situação não se mostrava ideal na segunda metade do século XIX. Os temas liberais discutidos, como casamento civil, cemitérios públicos e exercício de magistraturas, bem como a instalação e a manutenção do protestantismo, necessitavam da plena liberdade religiosa ou de sua culminância na separação



entre igreja e Estado. O clero católico radical que chamamos “ultramontanos”, já explicado nas páginas anteriores deste trabalho, digladiavam com os missionários protestantes, enviados por juntas missionárias para fazerem proselitismo, converter fiéis e abrirem igrejas.

O catolicismo radical ultramontano recusou o estranho que tentava roubar seus fiéis, enquanto o protestante desejava se instalar afirmando que seu rival corrompeu o evangelho. A polêmica foi para a imprensa com variadas argumentações, mas a violência física também ocorria dependendo da situação. Uma série de artigos com críticas e acusações foram trocadas pelos jornais, entre eles o *Imprensa Evangélica*, do lado protestante, e *O Apóstolo*, do lado ultramontano.

O jornal *O Cruzeiro do Brasil*<sup>5</sup>, também ultramontano, demonstrou, na ocasião de um ataque de católicos a um culto protestante em Niterói, que esses não tinham o direito de pregar em português e as autoridades civis tinham a responsabilidade de fiscalizar a proibição. Os ultramontanos começaram a acusar tais autoridades de não agirem para defender o catolicismo.

O radicalismo ultramontano chegou ao máximo quando o Deputado Leandro Bezerra Monteiro, membro do Parlamento, e o Senador Cândido Mendes de Almeida acusaram o Visconde do Rio Branco de traição contra a nação, baseados na Lei de 15 de novembro de 1827. Isto porque o acusado, assim como outros parlamentares, defendiam ideias liberais, como a liberdade religiosa e o casamento civil, para beneficiar os imigrantes protestantes.

A lei previa a pena de morte, porém, as acusações foram rejeitadas pela comissão especial na Câmara dos Deputados.<sup>6</sup> Indo mais longe, os ultramontanos acusaram diretamente a Coroa:

O país estava nas mãos de um Parlamento e de um Imperador, ambos os quais tinham jurado manter a Igreja Católica como a religião do Estado, mas cujas ações não condiziam como os padrões estabelecidos pela cabeça da Igreja, Pio IX, no ‘Silabo’.” (...) Damos um conselho ao governo imperial. Abstenha-se de entrar em luta com a Igreja, porque o povo brasileiro é católico e ama a sua religião (...) Porque só nestes tempos de estradas de ferro e de telégrafos elétricos é que se procura inverter tudo, sob o predomínio de teorias as mais absurdas! Uma nação, que se materializa de tal modo, nunca atingirá a verdadeira grandeza<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Jornal *O Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1864

<sup>6</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 3 de setembro de 1874

<sup>7</sup> Jornal *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1870.



Os ultramontanos mobilizaram manifestações populares contra os protestantes. Pedras foram atiradas contra os locais de reunião. No nordeste, houve ataques, promovidos pelos cangaceiros, contra propriedades protestantes. Em Recife, protestantes foram apedrejados por ocasião de um casamento. Na Bahia, o reverendo William B. Baby, da Igreja Batista, foi ferido na cabeça enquanto sua sala era apedrejada (CRABTREE, 1962, p. 62). O mesmo ocorreu em Minas Gerais com o missionário Chamberlain e com os metodistas quando iniciavam seu trabalho proselitista. (KENNEDY, 1928).

As acusações dos ultramontanos não se limitavam ao proselitismo protestante para converter fiéis, mas também à união desses com outros segmentos sociais. O viajante francês A. de Belmar, utilizando os jornais *Estrela do Norte*, *Boa Nova* e o *Pelicano*, fez uma pesquisa na qual mostrava a propaganda protestante sendo auxiliada e estimulada pelos liberais, republicanos e maçons (VIEIRA, 1980, p. 295). Também encontramos esse apoio por ocasião da “*Questão Religiosa*”, quando havia uma espécie de concorde entre maçons, liberais, republicanos e protestantes para a separação entre Igreja e Estado. (VIEIRA, p. 395). Era a luta de uma minoria por causas comuns, ou seja, lutavam em favor da liberdade religiosa e da separação entre Igreja e Estado.

Esta ligação entre maçonaria e protestantismo, além de perceptível, era temida pelos ultramontanos. O jornal católico *O Apóstolo* afirmou ser “(...) *bem óbvio que a maçonaria e o protestantismo são amiguinhos*.”<sup>8</sup> Os ultramontanos acreditavam que havia uma conspiração para acabar com o catolicismo no Brasil e até substituí-lo pelo protestantismo.

A união dos missionários protestantes com as demais instituições ocorria para o aproveitamento de forças que objetivava a implantação das ideias liberais que, para muitos, representava o progresso que o Brasil necessitava. A falta do casamento civil, por exemplo, causava problemas sociais e até políticos para os não católicos imigrantes. Os pastores protestantes foram autorizados pelo Império, em 1861, a celebrar casamentos com efeito civil. No entanto, bispos católicos anulavam o matrimônio caso os cônjuges retornassem ao catolicismo. Por causa disso, a Legação do Império Alemão e sua comunidade no Brasil, fez uma petição às autoridades brasileiras para proteger o casamento realizado pela igreja

<sup>8</sup> O Apóstolo, Rio 24 de junho de 1874.



luterana. O resultado da petição foi registrado no Relatório Anual da Diretoria da Comunidade Evangélica do Rio de Janeiro.<sup>9</sup> O próprio Imperador consolidou o matrimônio luterano, reconhecendo-o como casamento acatólico.

A luta por liberdade religiosa por parte dos luteranos continuou quando a Comunidade Alemã em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tentou erguer uma torre em sua igreja e foi barrada pelas autoridades policiais. Formularam então, uma petição<sup>126</sup> com 7.893 assinaturas, que foram encaminhadas às autoridades imperiais. O pedido não foi atendido pelo poder público mas chamou a atenção devido ao grande número de pessoas que seriam atendidas, cerca de 40 mil naquela província.

Para além do campo social e político, na área jurídica, houve um avanço para os protestantes dilatarem a tolerância religiosa. O missionário Kalley, fundador da igreja Congregacional no Brasil, converteu, por meio do proselitismo, duas nobres senhoras da elite fluminense. Houve um alerta católico que mobilizou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silva Paranhos, que imediatamente protestou ao diplomata britânico William Stuart, afirmando que “*a constituição brasileira não era tão ampla ao ponto de admitir a propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado*” (VIEIRA, 1980, p. 120). Para responder, Kalley chamou três dos principais juristas da época, José Tomaz Nabuco de Araújo, Caetano Alberto Soares e Urbano Sabino Pessoa de Melo, que transformaram a interpretação sobre os não católicos. Infelizmente a resposta de tais juristas foi extraviada, sobrando apenas os questionamentos de Kalley que, provavelmente, conduziram as conclusões dos juristas. Estão organizadas em onze questões abaixo:

- 1° Os cidadãos brasileiros adultos têm ou não têm liberdade perfeita de seguir a religião que quiserem ?
- 2° Se algum deles consultar alguma pessoa que não segue a religião do Estado e essa pessoa lhe explicar sua crença, será um ou outro incurso em qualquer pena legal ?
- 3° Será criminoso aquele que nesse caso aconselhar o cidadão brasileiro a adotar uma religião que não seja a do Estado?
- 4° O caso será o mesmo, estando a pessoa em sua casa ou fora dela, em público ou em particular ?
- 5° Se um cidadão brasileiro unir-se a qualquer outra comunhão que não seja a do Estado, será por isso incurso em qualquer pena, seja debaixo do título de apóstata, blasfemo ou outro qualquer ?

<sup>9</sup> Relatórios Anuais da Diretoria da Comunidade Evangélica do Rio de Janeiro, 1872-1873, Livro de Atas.





6º Os membros da Comunhão que o receberem (ou qualquer deles) serão por isso incurso em qualquer pena da lei ?

7º É lícito aos estrangeiros seguir o seu culto doméstico em suas casas particulares?

8º Se algum dos seus amigos brasileiros quisesse estar presente com eles, tornar-se-ia isso o seu culto criminoso ?

9º Se o culto estrangeiro estivesse em uma casa sem forma alguma de templo, mas com a entrada franqueada àquele que quisesse – sem limitar-se aos amigos do morador – seria criminoso?

10º Um estrangeiro pode ser obrigado a sair do sítio onde mora, ou ser deportado do país à vontade do governo, sem culpa formada ?

11º O que se deve entender pelas palavras ‘publicamente e reuniões públicas’, nos arts. 276 e 277 da Carta Constitucional ?” (ROCHA, 1941, p. 92 a 100).

Kalley também ameaçou frustrar os planos de imigração para o Brasil, o que serviu para reforçar a ideia de que, se o Brasil quisesse imigrantes, seria necessário conceder-lhes condições sócio-culturais e aparato civil para viverem.

Assim, o protestantismo, na segunda metade do século XIX, começou a contar com professos que podiam buscar o atendimento de suas necessidades e ainda com o apoio de simpatizantes ou daqueles que estavam voltados para o progresso, usando as ideias liberais.

## **A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS PROTESTANTES E A ESTRATÉGIA DA EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE TEMAS LIBERAIS**

Diante dos debates, necessários para a sociedade brasileira do século XIX, mas que geravam conflitos com o clero radical ultramontano da igreja católica, os missionários protestantes que chegaram ao Brasil com a intenção de estabelecer igrejas e conquistar fiéis adotaram o discurso liberal, concretizado na estratégia da educação. O desejo por educação, provavelmente, aproximou os liberais e intelectuais brasileiros dos missionários protestantes que intentavam abrir escolas devido à necessidade de instrução para a leitura bíblica.

Para os liberais da época e para a classe média que se consolidava, uma nova forma de educar tornava-se necessária para que o Brasil adentrasse em um novo tempo. As estruturas anteriores, mesmo permeadas de algum esforço inspirado no Iluminismo, não lograram os



êxitos necessários, e as estruturas educacionais ainda eram insuficientes para o território e para a sociedade. Os liberais observavam os modelos educacionais norte-americano e europeu, lugares de onde chegaram os primeiros missionários protestantes. Ambos os modelos receberam forte influência da Reforma Religiosa do século XVI.

A fé reformada preconizava a educação como essencial para permitir o acesso à Bíblia. Antônio Máspoli afirmou que *“a influência da Reforma do século XVI sobre a educação é inegável.(...) A meta reformada de abrir uma escola ao lado de cada igreja é por demais conhecida”*. (GOMES 2000, p. 88-89). Calvino, em Genebra, criou escolas e universidades, herança continuada por seus adeptos. Nos Estados Unidos a colonização foi realizada por puritanos que também seguiam a doutrina calvinista. No território americano foram fundados os colégios e futuras universidades de Harvard e Yale, enquanto os presbiterianos fundaram a Universidade de Princeton, em Nova Jersey. (BERLEZZI & ROMEIRO, 2021, p. 109).

No Brasil, para um melhor entendimento sobre o contexto educacional, será preciso, mesmo que de forma breve, pois a história da educação já foi bem apresentada por vários autores, elucidarmos o histórico educacional herdado pelo Império. O objetivo é identificar o cenário encontrado pelos missionários protestantes que chegaram no século XIX.

A bibliografia sobre a história da educação no Brasil concorda que foram os jesuítas que iniciaram o ensino e a instrução colonial. Um dos objetivos era recuperar os fiéis que a igreja católica havia perdido para a Reforma Protestante. Alguns pensadores, como Alderi Souza de Matos, acreditam que Roma se esforçava para evitar o avanço protestante na América Ibérica (MATOS Apud BERLEZZI, 2021, p. 107). Nesse ínterim, enquanto os indígenas eram apenas catequizados com a fé católica para melhor controle dos senhores, os filhos dos colonos recebiam a educação no estilo europeu com prioridade para a área de humanas. (MELO, 2012, p. 14).

Os colonos tinham na igreja a única opção de educação. Até 1759 contava-se 17 colégios, além de diversos seminários e outros estabelecimentos destinados ao ensino primário. Dessa forma, consolidava-se o domínio de uma religiosidade cristã católica em todas as esferas, tanto com respeito às elites dirigentes, quanto nos estratos mais simples da sociedade.

Em 1759, na Reforma Pombalina, realizada pelo rei D. José e seu ministro, o marquês de Pombal, tentou-se aplicar algumas das ideias iluministas que fecundavam na Europa. No



que tange à educação, houve o rompimento com o modelo religioso em busca de um ensino mais laico, sem, no entanto, obter o sucesso esperado. (MELO, 2012, p. 19). Se a educação primária continuava visando ao ensino das primeiras letras, no nível secundário adotaram-se as aulas régias dedicadas ao ensino do latim, do grego e da retórica.

Para Romanelli, apesar da expulsão dos jesuítas e do rompimento com sua forma de ensino, a igreja manteve sua preeminência e autoridade não apenas na sociedade, mas também na educação brasileira. (ROMANELLI, 2005, p.48).

A partir de 1808, com a chegada de D. João VI, inaugurou-se uma nova fase com a abertura dos portos, os tratados econômicos, a chegada de grande número de estrangeiros e a tentativa de dar ao Rio de Janeiro o ar europeu, já que a cidade se tornava sede da corte e do império português. Caio Prado Junior registrou que, com a abertura dos portos, novas ideias se apresentaram com mudanças na educação. (PRADO Jr., 1969, p. 124).

A educação do período joanino contou com a fundação de diversos cursos em nível superior e técnico-preparatórios.

Foram criados os primeiros cursos superiores no Brasil: cursos de Economia (1808), Matemática Superior (1809), Agricultura (1812), Química (1817), História (1817) e Desenho Técnico (1818). Houve um evidente rompimento com a educação jesuítica, que defendia a retórica. (MELO, 2012, p. 23).

Nos primeiros anos pós-independência ocorreram esforços para uma educação de inspiração liberal, preconizada na Constituição de 1824. A lei passou a garantir educação primária gratuita para todos, bem como o posterior ensino das ciências, letras e artes em níveis superiores. A promessa constitucional estava, porém, longe de ser efetivada na prática. As preocupações estavam voltadas para a consolidação da independência, para a vitória nos combates que ainda ocorriam para expulsar tropas portuguesas fiéis à Corte de Lisboa e para a organização do próprio Império que nascia.

Apesar dos esforços constitucionais, não havia professores preparados e dedicados exclusivamente ao magistério. Também faltava material didático adequado. Os planos de um sistema unificado e nacional não lograram êxito. Apesar de serem planejados por parlamentares, não foram aplicados na prática cotidiana. A educação permaneceu



regionalizada e sem atender a todos. O Brasil era carente de instituições e de profissionais especializados que se dedicassem ao ensino.

Em meados do século XIX, além de novas demandas e pautas político-econômicas, já começava a se consolidar uma camada média composta por vários segmentos, entre esses comerciantes, militares, funcionários públicos e profissionais liberais intelectualizados, que se mostraram insatisfeitos com as estruturas arcaicas do Império. Essa elite se voltava para as ideias liberais difundidas na Europa (RIBEIRO, 1984, p. 65). O panorama educacional se mostrava carente, socialmente restringido, sem investimentos e desprestigiado.

Foi nesse contexto que os primeiros missionários protestantes, excetuando-se os de imigração, chegaram com a intenção de fundar igrejas proselitistas dedicadas à conquista de fiéis brasileiros. A percepção dos problemas educacionais que o Império vivia não demorou. Logo identificaram que a fundação das escolas tornava-se uma urgência. O missionário J.J. Renson dizia “*A crise educacional no país é muito grave. Excetuando as escolas de medicina, da Bahia e do Rio de Janeiro, as faculdades de Direito, o Instituto Politécnico e o Colégio Pedro II, as demais são de padrão inferior*” (SALVADOR, 1982, p. 137).

No entanto, essa motivação se somava a outra: para o protestantismo, que considera a Bíblia como regra de fé, a leitura e livre interpretação do fiel são necessárias para a edificação do conhecimento da religião e preparo espiritual, ideias presentes em Lutero ao traduzir a Bíblia dos originais para a língua vernácula alemã. A preocupação com as escolas se baseia na perpetuação dos ideais protestantes. O missionário afirmava que fundar escolas nos moldes protestantes no Brasil era “*indispensável*” para a nova igreja se manter e até mesmo para garantir o progresso. (SANTOS, p. 12, 131).

Entre os principais missionários protestantes que chegaram ao Brasil no século XIX, e que usaram do estratagema educacional, estão os que abordaremos nesse momento.

O metodismo teve uma primeira experiência nos anos de 1836 a 1840, com os missionários Justin Spaulding e Daniel P. Kidder. Ambos eram capelães e representavam a Sociedade Americana dos Amigos dos Marinheiros e a Sociedade Missionária Metodista. Sua função provável era o apoio religioso para os americanos no Brasil.

O trabalho desses missionários baseava-se no grupo anterior de professos deixados pelo viajante Fountain E. Pitts, que já havia visitado as principais cidades da América do Sul. Spaulding organizou uma escola dominical e chegou a projetar outra de funcionamento diário.



Seu relatório evidenciava a satisfação com os cultos que organizava, devido ao número de pessoas que atraía.

Carta-relatório de Justin Spaulding sobre os primórdios do trabalho metodista

Imediatamente após a minha chegada, iniciei cultos públicos na minha residência. A assistência logo aumentou de trinta para quarenta, e assim fomos obrigados a procurar um lugar maior e mais conveniente. O salão que alugamos acomoda 150 a duzentas pessoas, e nos domingos à noite fica repleto (...)

Conseguimos organizar uma escola dominical, denominada Escola Dominical Missionárias Sul-Americana, auxiliar da União das Escolas Dominicais da Igreja Metodista Episcopal (...) Mais de quarenta crianças e jovens se tornaram interessados nela... Está dividida em oito classes com quatro professores e quatro professoras. Nós nos reunimos às 16:30 aos domingos. Temos duas classes de pretos, uma fala inglês, a outra português. Atualmente, parecem muito interessados e ansiosos por aprender (...) <sup>10</sup>

Os números crescentes e a necessidade de alugar um novo espaço indicavam um rápido desenvolvimento, mas precisamos considerar que boa parte desse contingente era estrangeiro e que os missionários tinham dificuldades no português. Chama a atenção, por não ser comum na época, a classe destinada às pessoas negras, o que demonstra um maior alcance social do trabalho missionário metodista. Mesmo assim é válido salientar que a escola metodista de 1936 tinha mais cunho religioso que de instrução laica.

Em 1855, o médico escocês Dr. Robert Reid Kalley, chegou ao Rio de Janeiro com sua esposa Sarah Poulton Kalley. Instalaram-se em Petrópolis, onde começaram um trabalho de escola dominical, conforme o documento abaixo.

Foi no domingo, 19 de agosto de 1855, que a Sra. Kalley inaugurou a escola dominical, para a instrução bíblica de crianças.

Cinco filhos de uma família inglesa foram os primeiros alunos das classes bíblicas, que duraram muitos anos e produziram algum fruto bom e permanente. Dois ou três domingos depois, o serviço já estava ampliado (...) <sup>11</sup>

<sup>10</sup> Carta de Spaulding ao secretário-correspondente da Sociedade Missionária da IME, 1º de setembro de 1836, publicada em NYCA, 2/12/1836. Apud REILY, 2003, p. 102, doc. 37

<sup>11</sup> Esboço Histórico da Escola Dominical da Igreja Evangélica Fluminense, 1855-1956, I, 33



Os missionários que vieram para o Brasil eram homens bem instruídos, mesmo fora da teologia. Conheciam sobre administração, ocupavam cargos de professores e diretores. A educadora Marta Watts, oriunda do sul dos Estados Unidos, após a Guerra da Secessão, fundou o Educandário Piracicabano para meninas. Logo depois foi organizado o Colégio de Piracicaba, atual Universidade Mackenzie. A educação protestante, sob a égide do modelo norte-americano, era vista por muitos como necessária para a democracia no Brasil e foi bem recebida por suas elites. (CRABTREE, Apud SANTOS, 2007, p. 11).

A estratégia educacional também foi usada para alcançar as elites fiéis do catolicismo. Willian B. Bagby, reverendo batista, caracterizava o missionário como “*professor-pregador*” e com otimismo dizia:

“Tais colégios prepararão o caminho para a marcha das Igrejas (...). Colégios fundados, nestes princípios, triunfarão sobre todo o inimigo e conquistarão a boa vontade até dos nossos adversários. Mandai Missionários que estabeleçam colégios evangélicos, e o poder irresistível do Evangelho irá avante na América do Sul e a terra do Cruzeiro brilhará com a luz resplandecente do Reino de Cristo. (CRABTREE, 1962, p. 69-70)

O missionário Horácio Selden Allyn foi professor do Ginásio Presbiteriano de Lavras e fundou o Colégio de Varginha, sendo ainda diretor da Casa Publicadora Presbiteriana (LEONARD, 1980, p. 89). Era também diplomado em medicina, assim como seu colega, o missionário escocês Robert Kalley. Esse preparo intelectual e profissional fez com que ocupassem funções que aproximava-os do povo, estabelecendo um melhor diálogo com a sociedade brasileira. Saúde e educação eram grandes necessidades da época.

Após as preocupações com a formação de escolas paroquiais, anexas às igrejas e destinadas à alfabetização de crianças usando a Bíblia, os missionários começaram a pensar em instituições de níveis secundário e superior, usando princípios liberais com o objetivo de formar seu clero e as elites dirigentes. Tais instituições eram facultadas à sociedade e ajudavam a suprir uma demanda por educação, como já mencionado.(SANTOS, 2007, p. 125)

Na década de 1880, a igreja Presbiteriana fundou em São Paulo o Colégio Internacional de Campinas, cujo fundador foi o missionário G. Nash Morton. O objetivo era claro “(...) *oferecer à sociedade brasileira nova alternativa pedagógica (...) para formar ou preparar para os cursos superiores.*” (RIBEIRO, apud. SANTOS, 2007, p. 132).





O que os missionários planejavam ao fundar o colégio, era oferecer à sociedade brasileira uma opção educacional de âmbito universitária, uma escola para formar uma nova elite dirigente, contribuição da cultura protestante ao país atrasado, grosso e supersticioso (RIBEIRO, apud SANTOS, p. 134).

Os presbiterianos montaram, também em São Paulo, a Escola Americana, sob o apoio do missionário Chamberlain e da junta de missões de Nova York. Ribeiro nos informa que houve um rápido crescimento porque os liberais, principalmente aqueles que apoiavam ideias republicanas e positivistas, tinham seus filhos constantemente incomodados nas escolas que ainda sentiam a influência católica. As escolas protestantes se tornaram uma saída. Algumas, inclusive, contaram com professores que não pertenciam à confissão religiosa das igrejas que as organizavam.

Ao defender os investimentos da junta de missões estrangeiras, o missionário Chamberlain registrou que, no conjunto, as escolas paroquiais contavam com 500 alunos em 1875. (SANTOS, p. 137). É válido ressaltar que a maior parte das escolas organizadas pelos missionários recebiam suporte financeiro das missões estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos. Para convencer suas agências, os missionários faziam relatórios informando a necessidade da estratégia educacional, o rápido crescimento do número de alunos e que o Brasil logo faria a separação entre Igreja (católica) e o Estado, alcançando a plena liberdade religiosa.

A respeito do alcance dos objetivos da educação protestante, o relato de Alves de Lima revela que aqueles que passaram pelo Colégio Internacional de Campinas “*galgaram as mais altas posições da república (...) era mesmo amigo de Prudente de Moraes, Campos Sales, Francisco Glicério e outros ...*”. (LIMA, 1926, p. 57, 59). Realmente Santos nos informa que na lista de matriculados da Escola encontram-se importantes nomes do cenário político e econômico de Americana poucos anos após a fundação da instituição. (SANTOS, p. 135).

Os metodistas inauguraram sua escola paroquial em Piracicaba, em fevereiro de 1883, com 62 alunos. Santos nos informa que no ano seguinte captaram 82 alunos, com mais 17 crianças adotadas nas ruas da cidade. Seguiram-se outras escolas em diferentes cidades. Chama a atenção a de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1887, porque atendia as mulheres pobres em curso noturno.



Dessa forma, conclui-se que a educação protestante se esforçava para alcançar variados segmentos da sociedade brasileira, desde classes dedicadas a negros, como no caso do missionário Kalley; escolas paroquiais no interior que atendiam crianças para alfabetização; mulheres pobres negligenciadas no que tange a educação; até os colégios de nível secundário e urbanos para os filhos da classe média liberal. Vale ressaltar que a educação, na época, era vista como caminho para a ascensão social. As escolas protestantes operaram na brecha da necessidade ou fragilidade do ensino brasileiro.

## CONCLUSÃO

O protestantismo chegou ao Brasil apenas no século XIX, com a maioria de seus missionários vinda dos Estados Unidos e da Europa. Embora a sociedade brasileira fosse católica, havia espaço para a instalação protestante, proporcionado pelos tratados entre Portugal e Inglaterra que se perpetuaram no Brasil. Mesmo assim, conflitos socioculturais ocorreram entre os missionários e a corrente radical católica, denominada ultramontana; na verdade, jesuítas que retornavam ao Brasil.

Ainda, nos debates políticos do Império, para resolver o problema de substituição da mão-de-obra escrava, encontramos os liberais que defendiam a imigração de países protestantes, por considerá-los prósperos.

Para tanto fazia-se necessário a liberdade religiosa em troca da restritiva tolerância que a Constituição de 1824 preconizava. As leis brasileiras permitiam o culto anglicano, e com ele qualquer outro protestante, desde que não ferisse o catolicismo que o Estado e suas autoridades juraram defender. No entanto, as leis que restringiam a liberdade religiosa, adormeceram, e somente os radicais ultramontanos se batiam contra os missionários protestantes proselitistas que desejavam captar fiéis e fundar suas igrejas no Brasil.

A liberdade religiosa necessitava da separação entre Igreja e Estado e envolvia, na esteira, outros temas de relevância como os cemitérios públicos e casamento civil, ambos pautados nas ideias liberais. Os missionários protestantes aproveitaram para aliar a doutrina das igrejas que representavam com o liberalismo para reduzir as resistências jurídicas e sociais à sua instalação.



Todos os elementos que favoreciam a instalação protestante foram aproveitados pelos missionários. Entre tais elementos encontrou-se uma lacuna na área da educação, porque possuía falhas e fraquezas estruturais que, apesar das transformações operadas desde as mudanças pombalinas, no período joanino e na Constituição de 1824, ainda não eram suficientes para satisfazer as necessidades territoriais e sociais do Brasil. A estratégia de fundar escolas não era nova, havia sido usada desde a Reforma Luterana no século XVI. Dessa forma, no Brasil, os missionários organizaram várias escolas paroquiais que funcionavam em anexo às igrejas para ensinar as primeiras letras. Depois chegaram os colégios de nível secundário que se preocupavam, além da formação intelectual humanística, com a formação de técnicos seguindo a orientação liberal.

As escolas abertas pelos missionários protestantes, além de atenderem seu público particular, também ofertavam vagas para toda a sociedade e recebiam os filhos de liberais, insatisfeitos com o panorama educacional do Império. O ensino de tais colégios cumpriu a função de facilitar a instalação das igrejas protestantes, formar seus líderes e aumentar o desejo de se alcançar a plena liberdade religiosa no longo prazo. Nesse último tópico foi feito um alinhamento que alcançou, além de parlamentares liberais, os jornais e a maçonaria na luta por interesses comuns e contra o obstáculo ultramontano.

Assim, os missionários não estavam sozinhos, mas encontraram espaço e apoio dentro das necessidades do povo brasileiro. O movimento na educação ultrapassou o século XIX e a proclamação da república, sendo possível verificar muitas escolas e universidades fundadas por protestantes que se mantêm na atualidade.

A plena liberdade religiosa, os cemitérios públicos e o casamento civil não chegaram a ser alcançados na luta protestante na história do Império. As conquistas chegaram com a proclamação da república e na Constituição de 1891. No entanto, os debates fomentados pelos protestantes foram fundamentais para a sociedade brasileira e para as esferas políticas refletirem e, no momento oportuno, aprovarem a definitiva separação entre a Igreja e o Estado, iniciando o século XX com maior laicidade.



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 3ª ed. São Paulo: Cia editora Nacional, 1938.

BERLEZZI, F. L. C. & ROMEIRO, Paulo. *A Educação Protestante no Brasil*. Revista Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 101-117, jan./jun. 2021.

CRABTREE, A.R. *História dos Batistas: até o ano de 1906*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

FILHO, Rodrigo Otávio. *Figuras do Império e da República*. Rio de Janeiro: Zélio valverde, 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977

KENNEDY, J.L. *Cinquenta annos de Methodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Aste, 2002.

LESSA, V.T. *Annais da Primeira Igreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903): Subsídios para a história do protestantismo*. São Paulo, Ed. da Primeira Igreja Presbyteriana Independente de São Paulo, 1938.

LIMA, J. C. Alves de. *Recordações de Homens e Cousas do Meu tempo*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1926.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1973.

MELO, J. M. S. de. *História da Educação no Brasil*. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MESQUITA, A.N. *História dos Batistas do Brasil*, p. 209. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PANTALEÃO, Olga. *Os Tratados de 1810, Domínio Inglês no Brasil*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, A época colonial*, (org), Vol. 3. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.



- REILY, Duncan Alexander. *História Documental do Protestantismo*. São Paulo: Aste, 2003.
- RIBEIRO, Boanerges, *O Padre Protestante*, São Paulo, Casa Publicadora Presbiteriana, 1950.
- RIZZO, M.A. *Simonton, inspirações de uma existência. Diário do ver. Ashbel Grenn Simonton*. São Paulo: Rizzo, 1962.
- ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do Passado*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, 1941.
- RODRIGUES, José Carlos. *Religiões Acatólicas. Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1904.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, VOZES, 1878.
- SANTOS, João M. L. *Religião e Educação Contribuição Protestante à Educação Brasileira 1860-1911*. Tóp. Educ., Recife, v. 17, n° 1-3, p. 113-151, 2007.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa. 2ª ed.* Brasília: UnB, 1980.
- WALKER, W. *História da Igreja Cristã*. São Paulo: Aste e Juerp, 1980.
- WEHLING, Arno e Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.